Universidade do Minho
Escola de Direito

REUNIÃO N.º 3/2022 DO PLENÁRIO DO CONSELHO GERAL SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

ESCOLA DE DIREITO

A criação da **Escola de Direito** decorreu do início de funcionamento da **Licenciatura em Direito** no ano letivo 1993/94, sendo a terceira Escola de Direito pública do país.

O pequeno Departamento Autónomo de Direito transformou-se, por um esforço consistente e permanente na formação e qualificação do seu corpo docente, na jovem Escola de Direito, com instalações próprias, e um corpo de professores composto quase exclusivamente por Doutores em Direito, especialistas nas mais variadas ciências jurídicas.

Foi a primeira faculdade de Direito pública que, no ano letivo de 2006/07, iniciou uma licenciatura em Direito com um plano de estudos adequado a Bolonha. Este plano de estudos tem a duração de quatro anos (8 semestres), conferindo o grau de Licenciado em Direito.

No ano letivo 2016/2017 teve início, em colaboração com a Escola de Psicologia e o ICS, o funcionamento curso de **Licenciatura em Criminologia e Justiça Criminal**.

ESCOLA DE DIREITO

Departamento de Ciências Juridicas Privatísticas

O Departamento de Ciências Jurídicas Privatísticas (DCJPriv) constitui uma das três subunidades orgânicas permanentes da Escola de Direito da Universidade do Minho, estruturando-se em duas áreas disciplinares: Ciências Jurídicas Civilísticas e Ciências Jurídicas Empresariais.

Departamento de Ciências Jurídicas Gerais

O Departamento de Ciências Jurídicas Gerais constitui, desde a criação da Escola de Direito da Universidade do Minho, uma das suas subunidades orgânicas permanentes, juntamente com o Departamento de Ciências Jurídicas Privatísticas e com o Departamento de Ciências Jurídicas Públicas.

Departamento de Ciências Jurídicas Públicas

O Departamento de Ciências Jurídicas Públicas é uma das subunidades orgânicas permanentes da Escola de Direito da Universidade do Minho, conjuntamente com o Departamento de Ciências Jurídico Privatísticas e ainda o Departamento de Ciências Jurídico Gerais, estruturando-se em três áreas disciplinares: Ciências Jurídicas Políticas, Ciências Jurídicas Administrativo-Financeiras e Ciências Jurídicas Criminais.

O JusGov é uma subunidade da Escola de Direito e uma Unidade de I&D da Universidade do Minho.

O **Centro de Investigação em Justiça e Governação** (JusGov) desenvolve investigação avançada e aplicada na área do Direito, com um programa inovador e interdisciplinar de investigação em domínios como os direitos humanos, o Direito da União Europeia, a Criminologia e a Justiça Criminal, as novas tecnologias e os desafios de desenvolvimento sustentável.

O JusGov participa em várias redes internacionais de Investigação, produz conhecimento relevante para entidades públicas e empresas e contribui para a iniciação científica e a formação avançada de novos investigadores.

Grupos de investigação:

- CEDU – Estudos em Direito da União Europeia
- DH – Direitos Humanos
- E.Tec – Estado, Empresa e Tecnologia
- GLOB – Globalização, Democracia e Poder
- JusLab – Laboratório de Justiça
- JusCrim – Justiça Criminal e Criminologia

JusGov
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM JUSTIÇA E GOVERNAÇÃO

ESCOLA DE DIREITO

2 Licenciaturas

10 Mestrados

(+ 1 UNISF - Mestrado em Direito Transnacional da Empresa e das Tecnologias Digitais)

1 Doutoramento

(**2 vertentes**: c/ programa doutoral e s/ parte curricular)

1228

ESTUDANTES NACIONAIS

1.º ciclo – **782**

2.º ciclo – **438**

3.º ciclo - **8**

238

ESTUDANTES INTERNACIONAIS

1.º ciclo – **94**

2.º ciclo – **127**

3.º ciclo - **17**

Cursos Breves

- Mediação Familiar (2 edições)
- Governação de Empresas Familiares - Aspetos Jurídicos
- Formação em Direito do Desporto
- Direito da Saúde e Bioética
- Direito do Trabalho na Era Digital
- Direito do Ambiente*
- Mercado Interno e União Aduaneira*
- Curso de Formação Especializada em Governação Pública e Direitos Fundamentais na Era Digital**

(*em preparação / **Aliança de Pós-Graduação)

ESCOLA DE DIREITO

Projetos em execução com financiamento

6

Projetos em execução sem financiamento

14

Projetos em execução sem financiamento, planeados para 2022

10

Participação em Laboratórios Colaborativos

2

Candidaturas a financiamento em 2021

11

Candidaturas a financiamento em 2022

4

Colaborações (em 2021)

88

ESCOLA DE DIREITO

Recursos Humanos

5 Professores Catedráticos

2 Professores Associados com Agregação

8 Professores Associados

3 Professores Auxiliares com Agregação

14 Professores Auxiliares

11 Professores Convidados Equiparados a Prof. Auxiliar

21 Assistentes Convidados

1 Investigador Auxiliar (JusGov)

1 Bolseiros (JusGov)

1 Secretário de UOEI

9 Técnicos Superiores

1 Assistente Técnico

ESCOLA DE DIREITO

São inúmeros os protocolos celebrados entre a EDUM e a Sociedade Civil dos quais se destacam, nos últimos anos:

- **Cuatrecasas** – Advogados
- **Visionware** - Sistemas de Informação S.A.
- **Rui Alves Pereira** - Advogados
- Associação Portuguesa de Direito Desportivo (**APDD**)
- The International Iberian Nanotechnology Laboratory (**INL**)
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (**CPCJ**) de Vila Verde
- **Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público**, Brasil
- Associação Jurídica do Porto (**AJP**)
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (**APAV**)
- Universidade Estadual De Santa Cruz (**UESC**)
- **iGen** - Fórum Organizações para a Igualdade
- Gabinete de Apoio à Vítima de Braga - **APAV**
- **Widener University Delaware Law School**
- **Telles De Abreu e Associados** - Sociedade de Advogados SP RL
- **PRA-Raposo, Sá Miranda & Associados**, Sociedade de Advogados, SP, RL
- **Govind Ramnath Kare College of Law**, Margao, affiliated to Goa University, Goa-India.
- **Universidade Federal De Campina Grande**

II. DESAFIOS E DIFICULDADES

1. Gestão financeira:

a) utilização efetiva das verbas que temos (cabimentação e efetivo pagamento)

b) gestão muito complexa e pesada com vários períodos de espera ou paragem dos procedimentos internamente (UOEI não funcionam se não existe previsibilidade quanto às suas despesas e se não têm informações em tempo real e atualizada)

c) gestão também demorada na execução de projetos de investigação internamente (contratação de bolseiros de investigação, técnicos superiores… ultrapassam os prazos previstos nos projetos por demoras incompreensíveis nos processos).

2. Manutenção do edifício (necessidade urgente de obras no chão e infiltrações)

3. Recursos humanos (necessidade de renovação geracional e progressão na carreira – concursos de professores; reforço TAG conseguido este ano)

II. DESAFIOS E DIFICULDADES

4. Falta de controlo central de gestão académica e de salas existentes (a ED precisa de salas para o funcionamento dos seus cursos, sobretudo para a avaliação e tem que ter essa informação antecipadamente para o devido planeamento)

5. Falta autonomia nas UO que importa garantir para um funcionamento eficiente.

6. Procedimentos complexos, sem manual de procedimentos (desmotivação de quem faz e intervém nos procedimentos tendo de fazer inúmeras vezes a mesma coisa)

7. Informações específicas ensino, investigação e interação com sociedade

II. DESAFIOS E DIFICULDADES

- **Ensino**

1) Disponibilização de salas para a realização de provas de avaliação;

2) O sistema não se encontra preparado para que os estudantes procedam à escolha das unidades curriculares opcionais no próprio ato de matrícula, o que gera diversas dificuldades, designadamente a incerteza se a unidade curricular opcional vai ou não funcionar, bem como o acesso atempado dos estudantes à Blackboard da respetiva unidade curricular;

3) A necessidade de se garantir uma maior autonomia das UO no processo de matrícula dos estudantes dos 2.º e 3.º ciclos de estudos, bem como no chamamento dos estudantes suplentes;

5) A inexistência de um sistema de alerta, no processo de submissão de teses e de dissertações, aplicável aos casos em que o estudante procede à correção da tese ou da dissertação anteriormente submetida;

6) A demora excessiva com que os processos tramitados via docUM chegam à UO para despacho;

7) A demora no carregamento das unidades curriculares na Blackboard dos docentes;

8) A circunstância de os estudantes que se inscrevem em melhorias de nota não terem acesso imediato e automático à Blackboard da respetiva unidade curricular;

9) Necessidade de se garantir uma melhor articulação entre as unidades de serviços (v.g. entre a USGA e a USAAE), concentrando-se os procedimentos e evitando-se a duplicação de comunicações.

II. DESAFIOS E DIFICULDADES

- **Investigação**

1) morosidade dos procedimentos concursais para a contratação de investigadores e para as bolsas
2) dificuldades financeiras na execução dos projetos
3) poucos recursos humanos administrativos no Centro.

- **Interação com a sociedade**

1) Website e site em inglês
2) Plataforma de eventos
3) Cursos breves (não creditados) a distância e plataforma que permita acesso autónomo por convidados

III. OPORTUNIDADES

1. Investimento em novas áreas ao nível do ensino e de interação com a sociedade (temos tido contactos de várias entidades nesse sentido)

2. Aposta em mais cursos breves/microcredenciais

3. Assegurar uma investigação de qualidade, elevando a classificação do JusGov para excelente

4. Criação do curso de Doutoramento em Criminologia

Universidade do Minho
Escola de Direito